

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                            | <b>2</b>  |
| <b>Título: Resistência dos senadores paralisa projeto para privatização da Eletrobras .....</b> | <b>2</b>  |
| Título: Crise da Venezuela vai pesar na conta de luz do ano que vem .....                       | 3         |
| Título: Resistência dos senadores paralisa projeto para privatização da Eletrobras.....         | 5         |
| Título: Tabelamento do frete e delação da JBS estão na pauta de 2020 do STF .....               | 6         |
| <b>Título: Enel vence disputa judicial de R\$ 830 mi com Furnas .....</b>                       | <b>8</b>  |
| Título: Tabocas planeja diversificação e avalia atuar em gás natural .....                      | 9         |
| Título: Curtas .....                                                                            | 11        |
| Título: Venda de refinarias vai trazer mudança radical, diz Raízen .....                        | 11        |
| Título: “Estamos animadíssimos com o Brasil”, diz presidente .....                              | 14        |
| Título: Estoque de aço fecha em 2,6 meses, o menor em 10 anos.....                              | 18        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                      | <b>19</b> |
| Título: Ibama rejeitou imagens de ‘óleo’ antes de operação .....                                | 19        |
| Título: Conta de luz vai ficar 2,4% mais cara em 2020.....                                      | 20        |
| Título: A trégua comercial EUA-China .....                                                      | 22        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                                   | <b>24</b> |
| Título: STF marca julgamento sobre royalties para abril .....                                   | 24        |
| Título: Consumidores pagarão R\$ 20 bi em subsídios nas contas de luz em 2020.....              | 25        |
| Título: O horário de verão e a violência .....                                                  | 26        |
| Título: A corrupção é que quebrou empresas.....                                                 | 27        |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 18/12/2019****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília****Título: Resistência dos senadores paralisa projeto para privatização da Eletrobras**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aguarda os articuladores políticos do governo convencerem os senadores da necessidade de privatização da Eletrobras antes de dar andamento ao projeto. O texto, enviado há um mês e meio pelo Executivo, chegará ao recesso parlamentar de fim de ano sem sequer começar a tramitar.

O projeto foi encaminhado à Câmara em novembro, logo após a aprovação da reforma da Previdência pelo Senado, mas ainda depende de um despacho de Maia definir por quais comissões tramitará. O mais provável é que ele crie uma comissão especial, voltada unicamente a debater o assunto, nos moldes do que ocorreu na legislatura passada.

O projeto também não tem ainda nem relator, mesmo que informal. O mais cotado para assumir a função, responsável por negociar alterações na proposta, é o deputado Fernando Filho (DEM-PE), ex-ministro de Minas e Energia do governo Temer e que propôs na época uma operação bastante parecida para privatizar a estatal. Ele, porém, contou a aliados que não pretende embarcar na iniciativa, que desconfia estar fadada ao fracasso pelas dificuldades no Senado.

O plano do governo é realizar uma capitalização da estatal, responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia. O governo ficaria de fora da operação e, com isso, teria diluídas as ações de controle da empresa, ficando com menos de 50% do capital com direito a voto. A ideia do governo Bolsonaro é não ficar nem com uma “golden share”, ação que dá direito a veto a certas decisões, como venda de fatias da empresa, por exemplo.

Maia relatou a interlocutores que acredita ter votos suficientes na Câmara para aprovar a privatização da estatal, mesmo com resistências nas bancadas no Nordeste e Norte, mas que não submeterá os deputados ao desgaste político de votar a proposta se não tiver certeza de que o texto terá apoio suficiente no Senado para pelo menos tramitar.

E o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tem dito que travará o projeto, caso aprovado pela Câmara, porque haveria “uma resistência muito grande” entre os senadores, principalmente os do Norte e Nordeste - regiões

que, proporcionalmente, tem mais força no Senado do que na Câmara e de onde vem o próprio Alcolumbre.

No dia em que o governo mandou o projeto, o presidente do Senado reclamou que tinha avisado da dificuldade e não foi ouvido. “Na reunião [com o governo], a manifestação de vários senadores dos 50 [que participaram] foi no sentido de serem contrários”, disse na época. “Se tiver 50 senadores contra, não tem nem como pautar, porque já estará derrotada”, reforçou.

Nos bastidores do Congresso, as falas são consideradas uma pressão pela saída do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, que teria vetado indicações políticas dos senadores para estatais que estão sob o guarda-chuva dele. Alcolumbre, segundo relatos, não perde uma chance de criticar o ministro em reuniões, sejam fechadas ou públicas.

A declaração, independentemente do pano de fundo, repercutiu mal na Câmara e aumentou as resistências. Os deputados já estão incomodados com os senadores jogarem o desgaste para eles em temas como a minirreforma eleitoral - os vetos presidenciais foram mantidos pelos senadores, apesar de um acordo com os deputados de que seriam derrubados - e com a disputa por protagonismo em pautas como a reforma tributária.

Líderes dos maiores partidos dizem que não se empenharão se não houver um esforço do governo para convencer os senadores. Relatam que a equipe econômica e o ministro Bento se reuniram com eles para mostrar os dados e que a explicação é convincente: a estatal não tem dinheiro para fazer os investimentos necessários para se manter relevante. Contudo, essa mesma apresentação não teria sido levada aos senadores e “não faz sentido” aprovar uma pauta impopular para que ela fique nas gavetas do Senado.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 18/12/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília**

**Título: Crise da Venezuela vai pesar na conta de luz do ano que vem**

A suspensão do fornecimento de energia da Venezuela para Roraima, em razão da crise vivida pelo país vizinho, e a cobertura de custos de ineficiência das distribuidoras privatizadas no governo Michel Temer vão ajudar a tornar as contas de luz mais caras em 2020. Estes foram os dois fatores que mais pesaram no aumento do déficit no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2020.

O saldo negativo da CDE 2020 - fundo que concentra as principais receitas e despesas do setor elétrico - aumentará 23,8% em relação a este ano, alcançando R\$ 20,105 bilhões, conforme indicou o orçamento aprovado ontem pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Como não há outra fonte de receita para cobrir a totalidade das despesas do setor, o déficit é bancado pelos consumidores com o aumento das tarifas.

A Aneel projetou o impacto médio de 2,36% nas contas de luz de 2020, o que será sentido nos próximos reajustes tarifários concedidos às distribuidoras. A alta maior (2,73%) será percebida pelos consumidores de Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No Norte e no Nordeste, a alta será de 1,73%. Para a indústria e os grandes estabelecimentos comerciais (alta tensão) de Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as tarifas deverão ser pressionadas em 3,45% somente com o déficit da CDE - fora outros encargos que virão na fatura tornando a energia ainda mais cara.

“A CDE, estruturalmente, representa grande impacto nas tarifas dos consumidores sendo necessários esforços de toda a sociedade para a sua redução”, disse o relator do processo na Aneel, diretor Sandoval Feitosa.

Em relação aos custos de suprimento de Roraima, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, explicou que, desde março, 100% da energia consumida vem de usinas térmicas. O Estado é o único que ainda permanece fora do Sistema Interligado Nacional, sem se beneficiar da energia mais barata produzida no resto do país. O custo do encargo usado para cobrir as despesas das térmicas em Roraima aumentou em R\$ 1,1 bilhão na CDE 2020, somando R\$ 7,5 bilhões.

As distribuidoras privatizadas, que eram geridas pela Eletrobras, capturaram mais R\$ 400 milhões do fundo Reserva Global de Reversão (RGR), uma das poucas fontes de receita da CDE. Com isso, a entrada desses recursos, atrelados à amortização de financiamentos concedidos no próprio setor, ficou em R\$ 843 milhões.

Feitosa explicou que legislação aprovada pelo Congresso, após o leilão de venda do controle das empresas, garantiu o benefício de cobertura de gastos na área de concessão por cinco anos. A medida foi prometida ao investidores para assegurar a atratividade dos ativos que foram vendidos.

O conjunto de despesas da CDE - formado por descontos a consumidores de baixa renda, subvenção na tarifa da classe de consumo rural, programas de atendimento a localidades isoladas, entre outros - totalizou R\$ 21,9 bilhões. Já a receita - obtida com recolhimento de multa, pagamento de outorgas e amortização de financiamento (a própria RGR) - alcançou R\$ 1,8 bilhão.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 18/12/2019****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília****Título: Resistência dos senadores paralisa projeto para privatização da Eletrobras**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aguarda os articuladores políticos do governo convencerem os senadores da necessidade de privatização da Eletrobras antes de dar andamento ao projeto. O texto, enviado há um mês e meio pelo Executivo, chegará ao recesso parlamentar de fim de ano sem sequer começar a tramitar.

O projeto foi encaminhado à Câmara em novembro, logo após a aprovação da reforma da Previdência pelo Senado, mas ainda depende de um despacho de Maia definir por quais comissões tramitará. O mais provável é que ele crie uma comissão especial, voltada unicamente a debater o assunto, nos moldes do que ocorreu na legislatura passada.

O projeto também não tem ainda nem relator, mesmo que informal. O mais cotado para assumir a função, responsável por negociar alterações na proposta, é o deputado Fernando Filho (DEM-PE), ex-ministro de Minas e Energia do governo Temer e que propôs na época uma operação bastante parecida para privatizar a estatal. Ele, porém, contou a aliados que não pretende embarcar na iniciativa, que desconfia estar fadada ao fracasso pelas dificuldades no Senado.

O plano do governo é realizar uma capitalização da estatal, responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia. O governo ficaria de fora da operação e, com isso, teria diluídas as ações de controle da empresa, ficando com menos de 50% do capital com direito a voto. A ideia do governo Bolsonaro é não ficar nem com uma “golden share”, ação que dá direito a veto a certas decisões, como venda de fatias da empresa, por exemplo.

Maia relatou a interlocutores que acredita ter votos suficientes na Câmara para aprovar a privatização da estatal, mesmo com resistências nas bancadas no Nordeste e Norte, mas que não submeterá os deputados ao desgaste político de votar a proposta se não tiver certeza de que o texto terá apoio suficiente no Senado para pelo menos tramitar.

E o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tem dito que travará o projeto, caso aprovado pela Câmara, porque haveria “uma resistência muito grande” entre os senadores, principalmente os do Norte e Nordeste - regiões que, proporcionalmente, tem mais força no Senado do que na Câmara e de onde vem o próprio Alcolumbre.

No dia em que o governo mandou o projeto, o presidente do Senado reclamou que tinha avisado da dificuldade e não foi ouvido. “Na reunião [com o governo], a manifestação de vários senadores dos 50 [que participaram] foi no sentido de serem contrários”, disse na época. “Se tiver 50 senadores contra, não tem nem como pautar, porque já estará derrotada”, reforçou.

Nos bastidores do Congresso, as falas são consideradas uma pressão pela saída do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, que teria vetado indicações políticas dos senadores para estatais que estão sob o guarda-chuva dele. Alcolumbre, segundo relatos, não perde uma chance de criticar o ministro em reuniões, sejam fechadas ou públicas.

A declaração, independentemente do pano de fundo, repercutiu mal na Câmara e aumentou as resistências. Os deputados já estão incomodados com os senadores jogarem o desgaste para eles em temas como a minirreforma eleitoral - os vetos presidenciais foram mantidos pelos senadores, apesar de um acordo com os deputados de que seriam derrubados - e com a disputa por protagonismo em pautas como a reforma tributária.

Líderes dos maiores partidos dizem que não se empenharão se não houver um esforço do governo para convencer os senadores. Relatam que a equipe econômica e o ministro Bento se reuniram com eles para mostrar os dados e que a explicação é convincente: a estatal não tem dinheiro para fazer os investimentos necessários para se manter relevante. Contudo, essa mesma apresentação não teria sido levada aos senadores e “não faz sentido” aprovar uma pauta impopular para que ela fique nas gavetas do Senado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/12/2019

**Seção:** Política

**Autor:** Luísa Martins e Isadora Peron — De Brasília

**Título:** Tabela de frete e delação da JBS estão na pauta de 2020 do STF

O calendário de julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) para o primeiro semestre de 2020 trará temas controversos, como a rescisão da delação

premiada de executivos da **JBS**, o tabelamento do frete e a distribuição dos royalties do petróleo.

Havia a expectativa de que o recurso sobre a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal entrasse na agenda, mas o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, optou por não fazê-lo. O tema chegou a entrar na agenda de 2019, mas foi retirado, sem previsão de nova data.

Toffoli divulgou ontem a pauta dos próximos seis meses, durante cerimônia de encerramento do ano no STF. O recesso da Corte começa amanhã.

Logo no retorno dos trabalhos, em fevereiro, o plenário vai julgar pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal (dia 5); a execução antecipada da pena após condenação pelo Tribunal do Júri (dia 12); e a validade do tabelamento do frete (dia 19).

Já em março, o destaque é para a votação da tese sobre a ordem das alegações finais em uma ação penal, quando há réus delatores e delatados. Pautado para o dia 25, o resultado pode abrir margem para a anulação de diversas sentenças da Operação Lava-Jato, inclusive a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do sítio de Atibaia.

Outros casos previstos para março tratam sobre questões de saúde, como o fornecimento de medicamentos não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a doação de sangue por homens gays. Ambos estão pautados para o dia 11.

Um dos julgamentos mais aguardados pelas empresas será em 1º de abril: o que pode limitar o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, com impacto à União estimado de R\$ 250 bilhões.

No dia 25, devem ser discutidos os critérios para a divisão dos royalties do petróleo. Os ministros vão decidir se referendam ou não liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia em 2013. Na ocasião, ela suspendeu trecho da lei que aumentaria os recursos destinados a estados não produtores de petróleo, reduzindo os ganhos dos estados produtores.

A reforma trabalhista entra na pauta de maio, quando a Corte discute questões sobre convenções coletivas, no dia 6, e contrato de trabalho intermitente, no dia 14. Mais para o fim do mês, o plenário julga se serviços do WhatsApp podem ser suspensos por decisão judicial (dia 20) e se é garantido o porte de arma a guardas municipais (dia 28).

No último dia de pauta prevista, em 17 de junho, o plenário analisa eventual rescisão dos acordos de delação premiada dos executivos Joesley Batista,

Wesley Batista, Ricardo Saud e Francisco de Assis, do grupo JBS. A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a revogação dos benefícios concedidos aos empresários, por entender que eles omitiram fatos criminosos dos investigadores.

Toffoli disse ontem ter dado preferência à retomada de julgamentos não concluídos e a temas de repercussão geral mais antigos. Também afirmou que conversou com os demais ministros para elaborar a pauta. Segundo auxiliares, durante o primeiro semestre há mais de dez sessões que estão “vazias” e que ainda podem ser preenchidas com outros casos relevantes.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 18/12/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito — Do Rio**

**Título: Enel vence disputa judicial de R\$ 830 mi com Furnas**

Às voltas com o impasse com o governo de Goiás sobre o nível de qualidade do serviço de distribuição de energia naquele Estado, o grupo Enel teve um desfecho positivo em outra batalha. A 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) confirmou decisão em primeira instância que deu ganho de causa à Enel em ação movida por Furnas relativa a um contrato firmado com a Companhia de Interconexão Energética (Enel Cien), empresa do grupo italiano responsável pelo intercâmbio elétrico entre Argentina e Brasil.

A estatal cobrava na Justiça um valor da ordem de R\$ 830 milhões, em multas e penalidades, à Enel Cien pelo não cumprimento de um contrato de fornecimento de energia importada da Argentina firmado entre as partes. A subsidiária da companhia italiana, porém, alegou motivo de força maior para o não suprimento da energia a partir de 2005.

Em 1997, a Enel Cien venceu licitação para construir o sistema de interligação energética entre Brasil e Argentina. O contrato incluía ainda a compra, pela Enel Cien, de energia do país vizinho para fornecer à Furnas, que comercializaria esse montante no mercado local.

Em 2005, porém, devido à crise energética na Argentina, que buscou priorizar o uso de gás natural para calefação, em detrimento à geração de energia, a Enel Cien encontrou dificuldades em obter energia elétrica daquele país para fornecer ao Brasil e alegou motivo de força maior para o não cumprimento do contrato. A situação excepcional foi reconhecida tanto pelo **Ministério de Minas e Energia** quanto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em 2010, então, Furnas entrou com ação na Justiça contra a Enel Cien, alegando que não existia força maior. Na ocasião, o juiz da 49ª Vara Cível do Rio de Janeiro, porém, acatou o argumento da companhia italiana. A estatal recorreu, mas a 12ª Câmara Cível do TJRJ confirmou a decisão em primeira instância. Em novembro deste ano, a decisão transitou em julgado.

De acordo com os advogados Fabiano Robalinho e Antônio Carlos Velloso, do escritório Sergio Bermudes, que representa a Enel Cien, a companhia investiu R\$ 15 bilhões na construção do sistema de interconexão, valor que seria recuperado ao longo de 20 anos de contrato. Alguns anos depois da construção do sistema, porém, o intercâmbio energético foi prejudicado pela crise argentina.

Os advogados acrescentam que a Enel Cien foi a principal prejudicada no caso, porque ela deixou de receber de Furnas pela energia importada, o que remuneraria o investimento na infraestrutura de interconexão.

Além disso, destacou Robalinho, a decisão de Furnas de entrar na Justiça nesse caso é um exemplo de medidas que desestimulam e geram incertezas para o investidor privado. “Uma medida dessas inibe e constrange o investidor, que é desestimulado”, disse. “Foram nove anos com isso [o processo], o que gera insegurança para o investidor”.

Procurada pelo **Valor**, Furnas informou estar ciente da decisão judicial e que irá acatá-la.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/12/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Tabocas planeja diversificação e avalia atuar em gás natural

A construtora especializada em projetos de linhas de transmissão de energia Tabocas planeja diversificar os negócios rumo ao setor de gás natural, disse à Reuters o presidente da companhia, Caio Barra. A empresa ainda mantém aberto o processo de busca de um sócio, iniciado no começo do ano.

Fundada em 1999, a companhia prevê faturamento próximo de R\$ 600 milhões no seu vigésimo aniversário, contra cerca de R\$ 550 milhões em 2018, afirmou o executivo, que projetou para 2020 receita entre R\$ 800 milhões e R\$ 900 milhões.

Os planos para o setor de gás natural, onde poderia construir gasodutos, por exemplo, ainda está em fase inicial de estudos. A decisão passa pela expansão da exploração de petróleo e gás no Brasil e pelo programa do governo federal para incentivar a oferta de gás natural, o chamado Novo Mercado de Gás.

“É [um setor] muito promissor. Acho que nós temos aí um negócio muito interessante pela frente, na nossa visão. Durante o ano [de 2020] nós temos que tomar essa decisão”, disse Barra.

Ele explicou que as análises sobre a entrada na área de óleo e gás têm como base algumas das semelhanças entre a construção de linhas de transmissão e a infraestrutura de transporte de óleo e gás. “É uma área que parece muito, a logística é mais ou menos parecida para fazer. São obras de grandes comprimentos, lineares, de logística muito parecida.”

Outro movimento no radar da Tabocas é a possibilidade de investir na fabricação própria de torres para linhas de energia. “Está faltando torre no mercado, temos poucos fornecedores no Brasil”, afirmou o executivo. “Estamos estudando profundamente, se agrega muito, o que agrega. E se tiver que entrar, em 2020 entraremos”, afirmou.

“Estamos procurando um sócio que queira vir para fortalecer mais a empresa. Já temos alguns interessados e estamos em negociação. Temos que aguardar, mas em 2020 certamente nós teremos alguma novidade nesse sentido”, afirmou Barra. O processo pode envolver tanto a atração de um investidor financeiro quanto de sócio estratégico, como uma grande empresa de infraestrutura ou construção.

“A ideia é em um primeiro momento nós continuarmos majoritários, então seria [para venda] de até 49%. Nada impede que no futuro seja mais.” A Tabocas Participações e Empreendimentos foi criada por Barra, ex-diretor da Eletronorte, em sociedade com um primo, Flávio Resende, atualmente diretor administrativo e financeiro.

“Quando trabalhei na Eletronorte, era visível no planejamento energético que o Brasil nos próximos anos precisaria de transmissão, até pelas distâncias do país. Achei que aquilo ali seria um negócio interessante. Saímos do zero e fomos devagarzinho”, afirmou.

A companhia tem aproveitado o bom momento da indústria de transmissão de energia no Brasil- os últimos leilões de projetos no setor têm atraído o interesse de investidores e resultado em obras bilionárias.

Em meio a esse cenário, a Tabocas tem construído entre 1,5 mil e 1,8 mil quilômetros anuais em linhas de transmissão nos últimos anos, além de em média oito subestações. A companhia tem atualmente cerca de 4,5 mil funcionários diretos.

|                 |                        |
|-----------------|------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b> |
| <b>Data:</b>    | <b>18/12/2019</b>      |
| <b>Seção:</b>   | <b>Empresas</b>        |
| <b>Autor:</b>   |                        |
| <b>Título:</b>  | <b>Curtas</b>          |

### **Recuperação da Renova**

O conselho de administração da Renova Energia aprovou na sexta-feira o plano de recuperação judicial da companhia e o documento foi protocolado ontem na Justiça. O plano de recuperação judicial foi protocolado na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. De acordo com o documento, a companhia informou que o endividamento sujeito à recuperação judicial soma R\$ 2,5 bilhões. O valor é inferior aos R\$ 3,1 bilhões informados na petição do pedido apresentado na Justiça em 16 de outubro. De acordo com o plano, de 222 páginas, a companhia prevê, como forma de reestruturação, a renegociação de dívidas e um eventual aumento de capital. Também está prevista a alienação de ativos, como a participação de 51% na Brasil PCH, empresa detentora de pequenas hidrelétricas (PCHs) já em operação. A Renova prevê a venda da fatia na Brasil PCH por um valor mínimo de R\$ 1 bilhão.

|                 |                                                                   |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b>                                            |
| <b>Data:</b>    | <b>18/12/2019</b>                                                 |
| <b>Seção:</b>   | <b>Empresas</b>                                                   |
| <b>Autor:</b>   | <b>Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo</b>                 |
| <b>Título:</b>  | <b>Venda de refinarias vai trazer mudança radical, diz Raízen</b> |

A distribuição de combustíveis no Brasil está prestes a experimentar uma mudança radical, a partir da privatização de metade do parque de refino da Petrobras e da possibilidade de integração dessas operações em alguns dos maiores grupos privados do país. E, nesse novo ambiente, estabelecer uma regulação eficiente e garantir o abastecimento doméstico são temas

prioritários, na avaliação da segunda maior distribuidora brasileira, a Raízen, dona de 21% do total comercializado.

Joint venture entre o grupo Cosan e a multinacional Shell, a empresa está no páreo para arrematar ao menos uma das refinaria colocadas à venda pela Petrobras - interessam as do Sul, Repar e Refap, e a de Pernambuco, Rnest, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**.

A companhia, conforme Luis Henrique Guimarães, avalia que até o fim do primeiro semestre deverá ser fechado o processo de venda. A Raízen, ou o grupo controlador Cosan/Shell, vai participar da disputa por meio de algum tipo de parceria ou consórcio, informou o executivo. O grupo Ultra, dono da rival Ipiranga e terceiro do ranking, também está no páreo. “Haverá mais players vendendo combustíveis. Privatizações, fiscalização em todos os níveis e infraestrutura são os temas chave para a distribuição neste momento”, diz Guimarães.

Questionado sobre as refinarias que atraem a Raízen, o executivo diz, sem detalhar, que todos os ativos do portfólio estão sendo avaliados e o interesse será diretamente afetado pelos termos regulatórios. Um dos riscos do negócio é o de intervenção estatal, tendo em vista o controle dos preços da gasolina e do diesel durante os governos petistas e, mais recentemente, a orientação do governo federal que levou a Petrobras a rever um reajuste já anunciado para o diesel. “Do ponto de vista de comparação de um momento com o outro, hoje o ambiente é muito melhor. Mas é preciso entender a governança futura”, afirma Guimarães.

Para isso, destaca o executivo, terá de ser elaborado um “grande arcabouço regulatório”, o qual passa pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), após ampla discussão de questões em audiências públicas. Até hoje, todas as discussões estão vinculadas à Petrobras, monopolista no refino.

Sem experiência anterior em refino, a distribuidora de combustíveis entrou nesse mercado na Argentina no fim do ano passado, como reflexo da aquisição da rede de postos da Shell. O aprendizado tem sido grande - no país vizinho distribuição está integrada com o refino -, sobretudo diante da turbulência econômica no país vizinho e do congelamento dos preços dos combustíveis por determinado período, que trouxe pressão inesperada. Com isso, a previsão inicial de resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 210 milhões a US\$ 260 milhões para a Raízen Argentina em 2019 foi cortada para o intervalo de US\$ 160 milhões a US\$ 200 milhões.

Sétimo maior mercado de combustíveis no mundo, o Brasil caminha para ocupar o quinto lugar em dois ou três anos e as perspectivas positivas atraíram

novos concorrentes, entre os quais Glencore e Vitol. Ainda assim, as quatro grandes distribuidoras (BR, Raízen, Ipiranga e Alesat) concentram mais de 65% do mercado. A maior concorrência, para Guimarães, é positiva e deveria levar a outra rodada de consolidação, agora entre os players de médio porte. Em todo o país, são cerca de 150 distribuidoras e a atuação regional é o que faz a diferença nesse negócio, explica.

Um dos grandes desafios da distribuição é a sonegação fiscal ou o uso de instrumentos legais que possibilitam o não recolhimento de impostos. No Amazonas, dizem as grandes distribuidoras, a Atem Distribuidora de Petróleo mais que dobrou sua participação de mercado na esteira de uma liminar que garante isenção de PIS e Cofins na importação de gasolina para uso exclusivo na Zona Franca de Manaus. Para Guimarães, com os dados já disponíveis, seria possível apertar o cerco contra os sonegadores e corrigir as distorções existentes.

Com a privatização de quase 50% da capacidade de refino da Petrobras, mais da metade dos combustíveis vendidos às distribuidoras no Brasil virão de fora do sistema estatal a partir de 2021, quando será, de fato, efetivada a transferência dos ativos. A produção nessas refinarias, na avaliação do executivo, deverá ter como foco o mercado local, e o consumidor final também será beneficiado pelas mudanças nesse mercado, que vão além do fornecedor de combustíveis fósseis.

De acordo com Guimarães, o programa RenovaBio, de estímulo à produção de biocombustíveis, e o Novo Mercado de gás, cuja proposta é reduzir o preço do gás natural, terão impacto para as distribuidoras e também para o consumidor final, que mais à frente poderá escolher na bomba entre gasolina, etanol, diesel e gás.

A melhora dos volumes de combustível vendidos nos últimos meses e a percepção de que o governo brasileiro “está no caminho certo” levam a Raízen a projetar um 2020 positivo para a distribuição. A expectativa conservadora é de crescimento ligeiramente acima do Produto Interno Bruto (PIB), cujas estimativas oficiais são de expansão de 2,5%. Para 2019, que começou com vendas menores do que o esperado pelas distribuidoras, a previsão para a Raízen Combustíveis Brasil é de Ebitda de R\$ 2,75 bilhões a R\$ 2,95 bilhões, abaixo do projetado inicialmente, com investimentos de R\$ 950 milhões a R\$ 1,15 bilhão.

Fundada em 2010, incorporando os ativos dos dois grupos controladores, a companhia fechou o ano passado com receita líquida - apenas no negócio de distribuição combustíveis - de R\$ 82 bilhões. Esse valor não considera a operação de Argentina. A Raízen opera ainda a área de Energia - produção de açúcar e etanol e geração de energia de biomassa.

Em outra frente, a empresa vai expandir sua atuação em lojas de conveniência por meio de joint venture com a mexicana Femsa Comercio, dona da bandeira Oxxo, anunciada em agosto. Enquanto a marca Shell Select continuará nos postos da rede, a Oxxo será usada em lojas de rua. A nova empresa entrou em operação em 1º de novembro, sob a liderança do executivo Rodrigo Patuzzo, que era diretor da Shell Select e, pelos cálculos do banco Santander, pode abrir 500 lojas nos próximos três anos.

Conforme Guimarães, que ocupa um assento no conselho da joint venture, a implantação das lojas Oxxo ganhará tração em 2021. Em 2020, o plano é abrir alguns pontos no Estado de São Paulo. Já a abertura de novas unidades Shell Select manterá o ritmo de 300 lojas ao ano, ampliando a base atual de mais de 1 mil lojas.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 18/12/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo**

**Título: “Estamos animadíssimos com o Brasil”, diz presidente**

Uma das grandes distribuidoras de combustíveis e principal fabricante de etanol de cana de açúcar do país, a Raízen está otimista com 2020 - bem otimista. Em entrevista concedida ao **Valor**, o presidente da joint venture entre Cosan e Shell, Luis Henrique Guimarães, disse que os volumes de venda de combustíveis e nas lojas de conveniência já mostram um novo ritmo de crescimento, ao mesmo tempo em que governo e Congresso têm dado encaminhamento às reformas necessárias. “Acho que essas coisas vão acontecer e a gente vai ter um 2020, na nossa visão, melhor do que as previsões”.

Do mesmo modo, as distorções fiscais, que afetam diferentes setores e especialmente a distribuição de combustíveis, também estão na pauta e discussões antes improváveis, como a criminalização do não recolhimento de Imposto de ICMS, chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF). “Há dezenas de empresas no país, e não só no nosso setor, que criaram um negócio que vive de não pagar imposto”, observou.

Há dezenas de empresas no país, e não só no nosso setor, que criaram um negócio que vive de não pagar imposto”

Há quase quatro anos à frente da Raízen, Guimarães foi também presidente da Comgás, distribuidora de gás natural da Cosan. Formado em Estatística, com

MBA em Marketing pela Coppead-UFRJ, o executivo tem mais de 20 anos de experiência profissional, a maior parte deles nos quadros da Shell, onde ocupou diferentes posições no Brasil, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

**Valor:** *Quais são as perspectivas da Raízen para 2020?*

**Luis Henrique Guimarães:** Estamos animadíssimos com o Brasil, 2020 está contratado. Mas deixa eu aterrissar e fazer umas considerações. Nos últimos meses, nos nossos negócios, vimos uma certa mudança no ritmo de crescimento. Os volumes de combustível estão mais firmes, o volume nas lojas de conveniência é maior e, para mim, isso é reflexo de um consumidor com grau de confiança um pouco maior, de juros bem mais baixos. A taxa de 4,5% ao ano se reflete nas empresas, no novo posicionamento dos bancos, que têm muito mais vontade de emprestar dinheiro, e a gente viu o mercado de crédito excelente no Brasil em 2019. Não fizemos nenhuma emissão fora do país. Então, quando olho para a frente, vejo que o Brasil não vai quebrar, já que a reforma da Previdência garantiu que a trajetória da dívida pública esteja no mínimo equacionada. Vejo as reformas estruturais entrando na discussão com outro nível de maturidade, com Congresso e governo encarando esses temas de frente.

**Valor:** Esse cenário que o senhor enxerga a que o senhor atribui?

**Guimarães:** A qualidade dos interlocutores do governo também é muito boa. No geral, a gente tem hoje uma capacidade de discussão técnica muito boa. Mas faltam duas coisas para decolar de vez: maior estabilidade regulatória e corrigir a assimetria tributária do Brasil, que continua muito grande em alguns setores em que a Raízen atua. Vejo em outros setores essa questão de resolver primeiro com fiscalização e mais atuação, porque a reforma tributária vem daqui a pouco e é importante, mas a criatividade brasileira é impressionante. A gente tem que, de fato, conseguir coibir o devedor contumaz. Há dezenas de empresas no país, e não só no nosso setor, que criaram um negócio que vive de não pagar imposto.

Um dólar estrutural na faixa de R\$ 4 ou um pouco mais não é ruim, porque o país passa a ser mais competitivo”

**Valor:** *Após a Previdência, a reforma tributária seria prioridade?*

**Guimarães:** A reforma é muito importante, mas dá para fazer muita coisa em cima do que já se tem, com a qualidade dos dados da Receita Federal, das receitas estaduais, frete eletrônico, nota fiscal eletrônica. É cruzar os dados e ir atrás, fazer as coisas acontecerem com forças-tarefas. Tributo no Brasil é uma diferença competitiva. O Supremo [Tribunal Federal] deu passos importantes nas últimas semanas na discussão sobre a criminalização de quem não paga ICMS. A interpretação é errada entre algumas entidades de classe e empresas, porque não se está dizendo que qualquer um que não pagar imposto será pego, mas sim quem sistematicamente não paga imposto e, principalmente, o ICMS de substituição tributária. No nosso setor, a gente recolhe na refinaria até o posto de combustíveis ou na usina de cana de açúcar até o posto. Então, não posso me apropriar de um imposto que não é da minha atividade e estou recolhendo em prol do governo facilitar a arrecadação. Se isso não é crime, não sei o que é. O Supremo disse que quem se apropriar do imposto, registrá-lo e não pagar sistematicamente, será criminalizado. O Brasil precisa acabar com a herança de que não pagar imposto é bom negócio.

**Valor:** *Então essa decisão representa um salto nessa questão?*

**Guimarães:** Na nossa opinião, sim. O Brasil precisa romper essa barreira em todos os setores, senão a gente não vai voltar a crescer, não vai voltar a gerar emprego formal. Acho que as coisas estão entrando nos eixos. Nunca poderia imaginar que essa discussão de imposto ia estar no STF e da maneira como foi tratada.

**Valor:** *Essa é uma discussão relevante especialmente para a distribuição de combustíveis...*

**Guimarães:** Sim. Há vários casos, de diferentes tamanhos. Em todo setor que tem alto grau de tributação e uma margem que é muito menor, você vai ter esse problema. Tem toda uma discussão de risco Brasil, que é super importante. A gente tem hoje, por exemplo, o único investimento privado em dutos no Brasil, que é a Logum, da Petrobras com a Copersucar e a Raízen. Com a mudança tributária no Rio de Janeiro, o imposto do etanol foi elevado no estado, que tem um incentivo para a produção de etanol em Campos. Então, o volume do duto caiu. Compensa passar de caminhão até Campos, reduzir o imposto em 28% e vender o etanol no Rio R\$ 0,50 mais barato, apesar de o duto entregar com um custo de transporte entre Ribeirão Preto [SP] R\$ 0,12 menor que o caminhão. Mas o que são R\$ 0,12 perto de 28% do ICMS? Temos hoje uma infraestrutura pronta, que vinha transportando muito bem, num mercado

que cresceu em 2019, e a Logum perdeu quase 30% de volume de etanol hidratado por causa da sonegação. Nosso país vive um conjunto de distorções, que chamo de assimetria tributária, que depende um pouco de legislação e muito de um esforço de inteligência que, de novo, está pronto.

**Valor:** *O governo está sensível a essa situação?*

**Guimarães:** Acho que em diferentes níveis, sim. No federal, é bastante forte e também em alguns governos dos estados. A falta de dinheiro é a melhor coisa que tem, porque obriga a pessoa a ir atrás do que está disponível. Sinto a preocupação, mas isso precisa virar ação e, à medida que virar, essas empresas que praticam isso vão se afastar do mercado e novos players vão entrar. E haverá mais investimentos. A gente calcula que, por ano, são sonegados R\$ 10 bilhões. Em dez anos, são R\$ 100 bilhões. Por causa disso, não são feitos investimentos em infraestrutura, que calculamos em mais R\$ 100 bilhões. E a redução de custo de logística, em modais de alto volume, traria mais R\$ 12 bilhões por ano. Isso somado leva a mais de R\$ 300 bilhões só no ramo de combustíveis em eficiência, impostos e investimentos. É um terço da Previdência. Por isso estou tão animado. Acho que essas coisas vão acontecer, o país volta a crescer, a inflação está muito baixa e quando se soma isso tudo, a gente acha que vai ter um 2020 melhor do que as previsões.

**Valor:** *O dólar mais caro preocupa? A tendência é de estabilização em torno de R\$ 4 ou mais?*

**Guimarães:** O dólar ajuda e vai ser muito bom se ficar onde está. O Brasil é um país exportador. Quando se olha a necessidade de investimento em termos de infraestrutura e novas privatizações, o dólar mais caro leva o capital estrangeiro a achar que está barato comparativamente a outros países. O efeito inflação, que era a grande preocupação, não veio até agora. Então, ter um dólar estrutural na faixa dos R\$ 4 ou R\$ 4 e pouquinho não é ruim, porque passamos a ser um país com mais competitividade e barato para atrair o capital estrangeiro e preparado para ser o que somos, uma potência exportadora. Está de bom tamanho e é compatível com uma taxa de juros mais baixa. Tem um outro tipo de capital para vir para cá, o de mais longo prazo, que vai investir na Bolsa, em privatizações e financiamento. Então, quando olho as principais variáveis macroeconômicas, dólar, juros e inflação, quando olho as variáveis de qualidade de quem está nas principais posições de governo e das estatais, quando vejo o consumidor ganhando confiança, apesar de o desemprego seguir como o maior

desafio, e se conseguirmos fechar a porta da sonegação, que é a principal a ser fechada, acho que a gente decola.

**Valor:** *As eleições municipais do próximo ano podem trazer instabilidade no trabalho do governo?*

**Guimarães:** O Brasil tem eleição a cada dois anos, então a gente se acostumou com isso. Acho que vai continuar um processo de mudança no modelo de candidatura, no modelo de propaganda, campanhas com custo mais baixo e mais proximidade do eleitor, então não vejo isso afetando Brasília do ponto de vista das mudanças estruturais.

**Valor:** *Não pode atrapalhar a análise da reforma tributária no Congresso Nacional?*

**Guimarães:** Acho que não. O Parlamento está aceitando as discussões que estão sendo colocadas e até trazendo coisas novas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/12/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Ana Paula Machado — De São Paulo

**Título:** Estoque de aço fecha em 2,6 meses, o menor em 10 anos

O ano de 2019 está terminando para o mercado distribuidor de aços planos com um estoque muito baixo. Novembro, segundo dados do Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda), findou com o menor giro de estoque dos últimos 10 anos, 2,6 meses. O presidente executivo da entidade, Carlos Loureiro, disse que no mês passado o montante era de 772,1 mil toneladas.

“O normal é um giro de estoque de três meses. Há muito tempo não se via um número tão baixo. As importações estão em queda e, com a reação do mercado, os volumes estocados nas usinas estão menores”, disse Loureiro.

Até novembro foram importados 1,03 milhão de tonelada, o que representou queda de 5,9% no comparativo com o mesmo período do ano passado, quando se importou 1,10 milhão de tonelada de aços planos. Somente em novembro, as importações de aços planos somaram 48,7 mil toneladas. Esse volume, no entanto, representa uma queda de 45,8% em relação ao mesmo mês do ano passado.

“Nos próximos dois a três meses os volumes importados de aços planos devem continuar baixos. Isso mostra que existe espaço para aumento de preços no mercado brasileiro”, afirmou o presidente da entidade.

Loureiro acredita que os reajustes anunciados pelas siderúrgicas no início de dezembro, para 2020, devem ser implantados em sua totalidade. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Gerdau já anunciaram aumentos médios de 10% para aços planos em janeiro. A Usiminas, que havia informado inicialmente a intenção de elevar os preços em 5%, já revisou também esse percentual e deve seguir as concorrentes, apurou o **Valor**.

Esse espaço de aumento de preços, segundo o dirigente, é em razão da melhora, mesmo que tímida do mercado nacional. As vendas, de acordo com os dados do Inda, somaram 3,13 milhões de toneladas de janeiro a novembro, alta de 8% em relação ao mesmo período de 2018. Já as vendas de aços planos chegaram a 293,2 mil toneladas no mês passado, o que representou alta de 11.8% no comparativo com novembro do ano passado. A média diária de vendas foi de 14,7 mil toneladas.

Já as compras de aços planos somaram 2,96 milhões de toneladas no acumulado do ano. Um pequeno aumento de 0,8% no comparativo com janeiro a novembro de 2018, quando se comprou 2,93 milhões de toneladas. Em novembro, as compras de aços planos apresentam alta de 3,6% no comparativo ao mesmo período do ano passado. O volume comprado no período chegou a 280 mil toneladas.

De acordo com dados do Inda, o maior volume das compras no acumulado foi de produtos laminados a quente, que chegou a 1,51 milhão de toneladas, evolução de 4,2% no período. A maior alta nas compras foi de chapa grossa, com 5,5% de variação e 243,9 mil toneladas. A maior queda foi nas compras de laminados a frio, 6%, que passou de 535,3 mil toneladas para 503,2 mil toneladas no acumulado.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/12/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** André Borges / BRASÍLIA

**Título:** Ibama rejeitou imagens de ‘óleo’ antes de operação

Uma semana antes de a Polícia Federal deflagrar a Operação Mácula no dia 1.º de novembro, que apontava o navio grego Bouboulina como o principal suspeito pela mancha de derramamento de óleo avistada no litoral, o Ibama já havia rejeitado as imagens que dão base à prova da PF, por saber que não se

tratava de uma mancha de óleo. A revelação foi feita pelo coordenador-geral do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) do Ibama, Pedro Alberto Bignelli. Em declarações dadas à CPI do Óleo, durante audiência na Câmara, o técnico especializado em análise de imagens de sensoriamento afirmou que as imagens chegaram a ser levadas ao Ibama em outubro, pela empresa Hex Tecnologias Geoespaciais.

O material, segundo Bignelli, foi exposto ao Ibama como parte de uma oferta comercial de serviço. A Hex mantém, desde março, contrato com o Ibama para análise de imagens por satélite, mas se trata de serviço sob demanda – a Hex ganha quando presta o serviço. Ao ver as imagens que a Hex apresentou, Bignelli disse que o material já apresentava características básicas de que não se tratava de petróleo, como a coloração. A ausência de dados técnicos básicos, disse ele, levou o Ibama a rejeitar o material como prova da origem do óleo. Uma semana depois, porém, a PF deflagrou a operação com base nessas mesmas imagens, as quais foram cedidas gratuitamente pela Hex às investigações. Os investigadores teriam alegado que, além das imagens, teriam outras evidências.

“Vendo as imagens, eu, como técnico, não me senti confortável em assumir aquele relatório como verdadeiro”, disse Bignelli. A operação da PF apontava o navio grego Bouboulina, da empresa Delta Tankers, como o autor do derramamento. A declaração contradiz o que afirmou, no mês passado, o presidente da Hex, Leonardo Barros. Ao Estado, o executivo comentou que tinha decidido ceder as imagens à PF porque não tinha sido acionado pelo Ibama nem pelo Ministério do Meio Ambiente. Deflagrada a operação da PF, o Ibama fez laudo técnico próprio sobre as supostas provas e concluiu que, na realidade, se tratava de clorofila. A Marinha, que centraliza os trabalhos de investigação, chegou a dizer, na semana passada, que o Bouboulina ainda faria parte dos trabalhos das investigações. Já a Delta Tankers rejeita ligações com o crime ambiental. Procuradas, a Hex, a Marinha e a PF não se manifestaram até as 20 horas. As causas do derramamento de óleo ainda são desconhecidas.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/12/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Anne Warth

**Título:** Conta de luz vai ficar 2,4% mais cara em 2020

De acordo com a Aneel, índice de aumento reflete impacto de R\$ 20,1 bilhões em subsídios que serão bancados por consumidor

Os consumidores brasileiros terão de pagar R\$ 20,105 bilhões em subsídios embutidos na conta de luz no ano que vem. O valor representa um aumento de 24% no que foi pago por todos os consumidores em 2019 e terá impacto de alta de 2,4% nas tarifas, de acordo com Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Diversos subsídios são bancados pelo consumidor – para permitir que alguns grupos recebam descontos, os usuários pagam um valor a mais nas tarifas de energia. Entre os beneficiários estão consumidores de energias renováveis como solar e eólica, produtores de carvão mineral, agricultores, irrigantes, empresas de água e saneamento e usuários de baixa renda, entre outros.

Ao todo, o orçamento desses subsídios será de R\$ 21,912 bilhões em 2020, mas o repasse aos consumidores será um pouco menor, de R\$ 20,105 bilhões, porque a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que reúne esses programas, tem receitas próprias. A maior despesa da CDE em 2020 será a compra de diesel para abastecimento de usinas termoeletricas nos Sistemas Isolados do País, principalmente na Região Norte. Serão R\$ 7,5 bilhões em 2020, ante R\$ 6,3 bilhões em 2019, parte motivada pelo aumento de preços do combustível, parte por uma mudança na legislação do ICMS no Estado do Amazonas. Desse total, R\$ 1,6 bilhão será destinado para abastecer Roraima no ano que vem.

O custo de abastecimento do Estado tem sido crescente: era de R\$ 600 milhões em 2018 e subiu para R\$ 1,2 bilhão em 2019. O motivo é o fim do abastecimento de energia por parte da Venezuela. O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, destacou que esse custo pode ser reduzido a partir de junho de 2021, quando entrarem em operação usinas mais eficientes, contratadas em um leilão de suprimento específico para Roraima. Ele reiterou a necessidade de revisão dos subsídios embutidos na conta de luz, particularmente do concedido a consumidores de energia incentivada.

Esses usuários têm direito a desconto de 50% nas taxas de uso da rede, custo que é repassado aos demais consumidores e que resultará em R\$ 3,241 bilhões para a conta de luz em 2020. A CDE tem impacto diferenciado por regiões e por tipo de consumidor. No Norte e Nordeste, consumidores de alta tensão terão aumento de 2,53%; média tensão, de 1,10%; e baixa tensão, de 0,88%. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o impacto para clientes de alta tensão será de 3,45%, para a média tensão, 2,71%; e baixa tensão, de 2,03%. A CDE é um dos componentes das tarifas de energia. Além dos subsídios, também integram a conta de luz custos de geração, transmissão, distribuição e impostos. Esse cálculo é feito uma vez por ano pela Aneel.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 18/12/2019****Seção: Espaço Aberto****Autor: Sergio Amaral****Título: A trégua comercial EUA-China**

O acordo comercial entre os Estados Unidos e a China é importante, ainda que limitado. Distensionava uma relação marcada por sanções e represálias, assim como reduz as incertezas nos mercados.

Para Donald Trump representa um ganho político expressivo. Como explicar aos eleitores que o autor de A Arte da Negociação ainda não tivesse concluído um único acordo político ou comercial relevante em seus três anos de mandato? Com a trégua comercial, Trump também atenua seu crescente desgaste entre os produtores de grãos do Meio-Oeste, um dos seus fiéis redutos eleitorais.

O acordo deverá interromper a escalada tarifária em alguns setores e promover uma desescalada em outros. Alguns capítulos do acordo, tais como propriedade intelectual, serviços financeiros e transferência de tecnologia, ainda estão em fase de negociação.

Para avaliar a extensão desta trégua é preciso ter presente que a chamada guerra comercial é mais do que comércio e se desdobra em vários patamares.

1) O primeiro é do comércio propriamente dito. O objetivo de Trump é reduzir significativamente o déficit comercial com a China, da ordem de US\$ 350 bilhões por ano. Se a demanda americana fosse só essa, seria fácil de ser atendida pela China, pois bastaria comprar mais dos Estados Unidos, em detrimento das exportações de outros países, como o Brasil.

2) O segundo é o da tecnologia. O que está em jogo é o acesso da China aos segmentos que ainda não domina inteiramente em algumas tecnologias de ponta, como a inteligência artificial e as telecomunicações. Essa é a meta do programa China 2025, que se propõe a assegurar a autonomia tecnológica da indústria e, por conseguinte, do programa militar chinês. Diante desse cenário, que só se tornou mais claro ao início do governo Trump, Washington adotou uma estratégia abrangente para conter a emergência da China, mediante o reforço dos controles de exportação, uma filtragem mais rigorosa dos investimentos chineses (CFIUS) e restrições à cooperação acadêmica e até mesmo estudantil.

3) Mais recentemente Trump convocou as empresas americanas, como a Apple, para promover um decoupling, ou seja, o desentranhamento de componentes tecnológicos chineses (da Huawei, por exemplo) nas cadeias

globais de valor. Ao mesmo tempo, os EUA se empenharam na batalha para dissuadir parceiros e aliados, como europeus e latino-americanos, de adotarem a tecnologia 5G da Huawei. Nesse contexto, a sobretaxa ao aço brasileiro e a decisão do governo de adiar a licitação do sistema 5 G, para novos estudos, podem não ser mera coincidência.

4) Por fim, Robert Lighthizer, o Representante de Comércio dos Estados Unidos (US-TR), passou a contestar abertamente o modelo de desenvolvimento chinês, sob o argumento de que contém um subsídio implícito, em decorrência da presença dominante das empresas estatais nas exportações chinesas, o que levou o negociador chinês Liu He a traçar uma linha vermelha nas negociações ao dizer que sua delegação estava disposta a negociar comércio, mas não princípios.

Tendo em vista a complexidade e a sensibilidade de alguns dos temas da agenda sino-americana, é provável que as negociações no próximo ano se limitem aos contornos traçados pela trégua comercial. Os temas mais controversos serão monitorados por Trump de olho nas pesquisas de opinião.

A trégua comercial é certamente positiva por trazer, ao menos durante o período da campanha presidencial, um alívio nas tensões que contribuíram para retrain investidores ou reduzir o crescimento. Mas ainda é difícil medir seu impacto em setores específicos, pois não conhecemos os detalhes. Pode-se supor que os setores que mais se beneficiaram com as sanções, como o da soja, tenham mais dificuldade de manter os patamares de exportação que atingiram.

A carne foi beneficiada por expressivo aumento do número de frigoríficos habilitados, que passou de 17 em setembro, para 38 em novembro. Será também afetada pela retomada das exportações norte-americanas para a China.

O etanol também merece atenção e, mais do que isso, um esforço negociador para preservar os interesses brasileiros. A decisão do governo chinês de autorizar a mistura de etanol à gasolina até 10% e, mais recentemente, de atingir essa meta até o fim de 2020 criou uma grande oportunidade, provavelmente a última, para desenvolver um mercado global para o etanol. O aumento da tarifa de importação na China para o etanol americano, que era de 30% e com a guerra comercial pulou para mais de 40%, criou um incentivo adicional às exportações brasileiras. Agora o lobby do etanol americano pleiteia uma tarifa de 15%. Se assim for e a tarifa para o Brasil permanecer em 30%, o etanol brasileiro perderá acesso ao mercado chinês.

O comércio é apenas a ponta do iceberg. Por trás das tarifas está a tecnologia. Por trás da tecnologia estão a supremacia industrial e militar e a expansão do

programa One Belt One Road. Tomados em conjunto, os avanços nessas áreas levaram a Estratégia de Defesa norte americana a qualificar a China como competidor estratégico dos EUA. Em visita a Barack Obama, em 2015, Xi Jinping sugeriu que os dois países instaurassem um diálogo de grandes potências, uma fórmula sutil de acenar para um duopólio na nova ordem mundial em gestação. Obama não respondeu.

Em maio de 2018 fui convidado a fazer uma apresentação no Aspen Defense Summit e na ocasião participei também do painel presidido por Daniel Coats, diretor da Inteligência Nacional, órgão que coordena as demais agências de inteligência do governo. Perguntei-lhe se os EUA estavam dispostos a aceitar a China como um par, num novo condomínio mundial. Respondeu que a sociedade norte-americana ainda não estava preparada para responder a essa pergunta.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 18/12/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: ANDRÉ DE SOUZA BRASÍLIA**

**Título: STF marca julgamento sobre royalties para abril**

Liminar que suspendeu redistribuição de recursos do petróleo em 2013 ainda não foi analisada no plenário da Corte

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, marcou para 29 de abril de 2020 o julgamento pelo plenário da Corte das ações que tratam da redistribuição dos royalties do petróleo.

Uma liminar de março de 2013 da ministra Cármen Lúcia impediu que estados produtores, como o Rio de Janeiro, perdessem parte de suas receitas para outras unidades da federação com a aprovação de uma lei no Congresso.

A liminar foi concedida depois de estados produtores entrarem com ações no STF alegando que a lei é inconstitucional. O principal argumento é que a Constituição estabelece o pagamento de royalties como uma compensação pelo impacto provocado pela extração de petróleo e gás nas regiões produtoras.

O julgamento estava previsto para novembro, mas foi adiado a pedido do governador do Rio, Wilson Witzel. Ele pediu mais tempo para convencer os ministros de que, se a divisão for considerada constitucional, o Rio iria à falência. A decisão de Cármen Lúcia é provisória e precisa ser analisada pelo colegiado.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 18/12/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA****Título: Consumidores pagarão R\$ 20 bi em subsídios nas contas de luz em 2020**

Aneel aprova orçamento para financiar ações como redução de tarifas para famílias de baixa renda e estímulos a fontes renováveis. No Rio, cobrança da Light deve cair 6%

Consumidores de todo o país terão de pagar R\$ 20,1 bilhões em subsídios nas contas de luz em 2020. O valor representa uma alta de 17% na comparação com o total pago pelos clientes das distribuidoras de energia elétrica neste ano. Os números foram aprovados ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O dinheiro será usado para bancar ações e programas sociais do governo no setor elétrico e é um dos principais fatores que influenciam o crescimento das tarifas de eletricidade no país. Para os consumidores das regiões Sudeste e Centro-Oeste, o montante significará alta de 2,73% nas contas. No Norte e Nordeste, o acréscimo será de 1,5%.

Os números fazem parte do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), paga por todos os consumidores, que financia ações como o subsídio à tarifa de famílias de baixa renda, compra de combustível para gerar energia em regiões isoladas do país e o programa Luz Para Todos. Parte do dinheiro também vai para sistemas de irrigação e empresas de saneamento. A conta serve ainda para incentivar usinas eólicas e solares. Os descontos da tarifa social, concedidos para clientes de baixa renda, irão custar R\$ 2,6 bilhões em 2020.

#### ALÍVIO NO RIO

Uma projeção da consultoria TR Soluções estima que as contas de luz dos clientes da Light, no Rio, cairão 6% em 2020, já embutidos os subsídios. A redução será anunciada em março.

Entre outros fatores, a distribuidora vai devolver R\$ 3,5 bilhões aos consumidores a partir de 2020, em razão de um processo judicial vencido pela empresa. A definição da tarifa final para o consumidor leva em conta fatores como o preço de energia comprada das usinas, volume das chuvas na região das hidrelétricas e impostos.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 18/12/2019****Seção: Opinião****Autor: Cláudio Frischtak, Miguel Foguel e Renata Canini****Título: O horário de verão e a violência**

Em abril deste ano foi decretado o fim do horário de verão; uma decisão extemporânea, mas com efeitos potencialmente prejudiciais à tentativa de redução dos índices de violência no país. Estudos com rigor científico mostram que o horário de verão leva à redução da criminalidade e também de acidentes de trânsito, fruto da hora extra de luminosidade no fim da tarde.

Anualmente um decreto presidencial determina a vigência do horário de verão no país, iniciando-se no primeiro domingo de novembro desde 2017. Em 2019, entretanto, o decreto 9.772 acabou com o horário de verão (HV) no Brasil. Apesar de a economia de energia ter diminuído nos últimos anos graças a mudanças nos padrões de consumo de energia da população, o valor poupado nas contas de luz ainda é significativo —estima-se R\$ 140 milhões no verão 2017-2018.

A revogação se deu aparentemente sem uma reflexão sobre o seu impacto, trazendo consequências possivelmente adversas que vão muito além dos gastos adicionais de energia. Dentre os indicadores de violência analisados à luz da medida, destaca-se o potencial de redução do número de roubos, homicídios e acidentes de trânsito.

É um pressuposto da literatura que o criminoso tem mais incentivo para agir quando há pouca luminosidade, pela menor probabilidade de identificação e apreensão. Assim, o HV teria um efeito dissuasório sobre a prática de crimes que normalmente ocorrem nas ruas; e trabalhos científicos corroboram essa hipótese, apontando uma relação causal entre a entrada em vigor do horário de verão e a redução em número de homicídios, roubos e acidentes de trânsito. Para os Estados Unidos, Jennifer Doleac e Nicholas Sanders identificaram uma redução de 21% no número de roubos ao redor do pôr do sol e uma redução na probabilidade da ocorrência de roubos durante o dia todo de 19%. No Brasil, Weily Toro, Robson Tigre e Breno Sampaio encontraram uma forte relação de causalidade entre o número de homicídios por armas de fogo e o advento do horário de verão, sendo estimada uma redução na taxa de homicídios diária de 14,5% nos dias seguintes à transição para o HV, traduzida em 5.035 potenciais vítimas salvas entre 2006 e 20015.

Para índices de violência não necessariamente relacionados à criminalidade, novamente os pesquisadores Sampaio e Toro, junto a Cleiton Franco e Gustavo

Sampaio, revelaram a partir dos microdados da Polícia Rodoviária Federal uma redução média de 10% nos acidentes de trânsito em estados adotantes do HV. Finalmente, Neeraj Sood e Arkadipta Ghosh, utilizando os dados de acidentes rodoviários nos Estados Unidos, identificaram uma queda de 8% a 11% no número de atropelamentos, e de 6% a 10% em colisões de veículos, num período de 28 anos.

E para o estado e a cidade do Rio de Janeiro? No estado, a comparação direta entre os meses com e sem HV para o período de 2003 a 2018 mostra uma redução de 5,6% na ocorrência de roubos (ou uma média mensal de 698 menos ocorrências durante os 15 anos analisados), enquanto para o município do Rio de Janeiro a diferença, observada entre os anos de 2014 e 2018, é de 3,8% (ou 328 roubos evitados mensalmente durante os meses de HV).

No caso dos acidentes de trânsito, a série histórica do DataSUS para o Estado do Rio sugere que de 2008 a 2018 a média de óbitos por acidente de transporte nos meses com HV poupou dez vidas por período, ou 110 vidas nos anos analisados. Quanto ao número de internações por acidente de trânsito (podendo ou não levar à morte do paciente), há a uma redução média mensal de 6% no estado e 8% para o município durante os meses de HV.

O horário de verão parece ter sido abolido numa canetada, sem olhar as evidências, algo essencial no desenho e modificação de qualquer política pública. Diminuir a violência no país é um objetivo altamente desejado pela população, e as evidências apontam que o HV é um instrumento que ajuda a alcançá-lo com baixos custos. Esperamos que o governo reconsidere a decisão injustificada de abril de 2019, e esse regime volte neste ou no próximo verão.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 18/12/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Míriam Leitão**

**Título: A corrupção é que quebrou empresas**

O que quebrou as empresas foi a Lava-Jato ou a corrupção? Essa questão que sempre ronda a economia retorna agora após a entrevista do ministro Dias Toffoli. Certamente não é o combate ao crime que produziu esse efeito. É o crime em si. A relação promíscua com os governantes deu aos administradores e aos donos das empresas a confiança de cometer desatinos de gestão, que a prudência não recomendaria caso eles não estivessem certos de que seriam salvos com o dinheiro público.

As empresas entraram em projetos sem viabilidade econômico-financeira, participaram de concorrências fraudulentas, formaram cartéis de distribuição de projetos entre elas, fizeram obras no exterior com garantias fracas, expandiram excessivamente os negócios, alavancaram demais seus grupos.

No primeiro governo Fernando Henrique, bancos quebraram. Alguns porque haviam passado a ser dependentes da inflação, outros por fraudes contábeis, e alguns pelos dois motivos. O Proer separou os bancos dos seus donos. E vendeu os ativos bons. A engenharia financeira do Proer aumentou a concentração bancária, mas salvou ativos e impediu o prejuízo dos correntistas na mais séria e devastadora crise bancária que o Brasil já teve. Ao constatar os crimes, o Banco Central apresentou denúncia ao Ministério Público (MP).

Agora seria possível separar as empresas de seus donos? Ainda que fosse, por exemplo, tomar a Odebrecht da família controladora, quem faria isso? O Ministério Público não teria a prerrogativa de fazer tal intervenção. Como os crimes descobertos pela Lava-Jato envolviam integrantes dos governos que estavam no poder naquele momento, o governo também não teria legitimidade de expropriar a empresa dos seus controladores. E se alguma instância no país o fizesse, o que aconteceria com os direitos dos minoritários nos casos das empresas com ações em bolsa?

Essa acusação do ministro Dias Toffoli, de que a Lava-Jato quebrou as empresas, não se sustenta por uma série de motivos. Talvez o mais importante é que a operação foi resultado de apurações da Polícia Federal e do MPF, com denúncias apresentadas pelo Ministério Público, e processos desenrolando-se, claro, na Justiça. O que o ministro diz recai, portanto, em parte sobre a própria Justiça, cujo principal tribunal ele preside no momento.

Na entrevista de Marcelo Odebrecht o jornalista Thomas Traumann, está lá uma parte do problema que quebrou a empresa. Porque eles tinham vantagens nessa relação com o setor público, eles passaram a tomar decisões que levaram a prejuízos apenas para atender a pedidos do governo. Ele listou os investimentos: ..nos aventuramos no setor de etanol a pedido do governo e tivemos muito prejuízo, assim como no estaleiro na Bahia. O estádio do Itaquerão foi uma dessas missões em que perdemos muito dinheiro.” O próprio empresário diz que é fácil dizer que foi a Lava-Jato que quebrou a Odebrecht. Mas ele admite que não souberam administrar a crise. “A Odebrecht quebrou por manipulações internas”.

A corrupção produz uma mudança na maneira como uma companhia funciona. Uma empresa onde há corrupção precisa evitar a transparência e o controle. Nessas sombras tudo pode acontecer e levar uma corporação a perdas. A Petrobras não quebrou porque é pública, mas teve enorme prejuízo. Cada área

da estatal era uma verdadeira ilha, com autonomia, setor de compras independente, sem sinergia. Assim ficava mais fácil entregar cada parte da petrolífera a um partido diferente. A Odebrecht chegou a ter um departamento clandestino dentro da empresa, ainda que Marcelo diga que é folclore. Claro que existia toda uma movimentação fora da contabilidade. Na holding baiana se vê agora que havia também, e ainda há, uma briga intestina dentro da própria família que opõe pai e filho, irmão e irmão. Isso não tem nada a ver com a Lava-Jato.

Em todas as empresas apanhadas pela Lava-Jato foi possível encontrar áreas de ineficiência, desperdício, pessoas desqualificadas em postos de confiança, negócios com prejuízos que não seriam mantidos se estivessem sendo seguidas boas práticas corporativas. A corrupção quebrou as empresas e não a investigação da corrupção. A alternativa era conviver com o crime para não prejudicar a economia. Isso não é aceitável.

**MME / ASCOM .**